

Estudo recompensa trabalhador com a multiplicação do seu salário

(CÁSSIA EPONINE)

Desmentindo um pensamento comum nos anos de altos índices de desemprego - quando havia o sentimento de que o canudo não dava garantias de emprego ou melhores salários - a pesquisa «Você no Mercado de Trabalho», divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no início deste mês, mostra que cada ano de estudo do brasileiro equivale, em média, a um aumento de 15% do seu salário. Traduzindo em reais, o rendimento médio salta de R\$ 392,14, valor recebido pelo trabalhador sem nenhum ano de estudo em 2007, para R\$ 4.454,69, para aqueles a partir de 18 anos de estudo, ou seja, acima de 11 vezes mais. Já as chances de ocupação crescem 3,38% a cada ano extra nos bancos escolares.

O estudo da FGV mostra que o prêmio da educação - termo utilizado pelos pesquisadores para medir os impactos do investimento pessoal em estudo nos salários e na ocupação - sofre aceleração na medida em que se somam os anos nos bancos da escola. O salário de uma pessoa sem qualquer grau de instrução tem um incremento de 6% quando ela passa a ter um ano de estudo. Já um brasileiro com 15 anos de estudo, que correspondem à conclusão do terceiro grau, passa a ganhar, em média, 47% mais quando agrega ao seu currículo o primeiro ano de um curso de pós-graduação.

De acordo com o coordenador do levantamento, o pesquisador Marcelo Neri, os dados mostram que os jovens, principalmente, devem investir em educação contínua. «O Brasil é um dos países do mundo que apresenta o maior retorno pelos investimentos em educação, mas muitas pessoas de baixa escolaridade ficam presas em uma armadilha. Elas estudam um pouco mais e não têm tanto retorno. Para alcançar um trecho de altos prêmios de educação, elas precisam percorrer toda a trajetória», aponta.

Entre as profissões, os maiores salários observados no Brasil, em 2007, segundo a pesquisa da FGV, foram obtidos nas profissões de juízes e desembargadores, que ganhavam em média R\$ 13.956, seguidos por diretores gerais (R\$ 7.371) e médicos (R\$ 7.029). No outro extremo, com as remunerações mais baixas, aparecem os trabalhadores agrícolas (R\$ 141,21), os que atuam na pecuária (R\$ 141,56) e os trabalhadores domésticos (R\$ 325,56). Os rendimentos abaixo do salário mínimo praticado em 2007, de R\$ 380, são, segundo os critérios de apuração da pesquisa, recebidos por trabalhadores informais (sem carteira assinada).(Com agências)

Desemprego é maior entre os sem-escola

Na base da pirâmide dos salários pagos no país, a auxiliar de serviços gerais Cleuza Maria dos Reis, 53 anos, que durante a infância trabalhou na roça e não frequentou a escola, não teve oportunidades de emprego que lhe rendessem mais do que um salário mínimo. Embora não acredite em possibilidade de ascensão financeira, Cleusa decidiu procurar a escola, há cerca de dois anos, para pôr fim a um impeditivo que reduz suas oportunidades profissionais, mesmo para a função de auxiliar de serviços gerais. «Fica difícil procurar emprego se você não sabe nem preencher a ficha», conta a faxineira, que confirma outra importante conclusão da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre a relação entre educação e mercado de trabalho. Segundo o levantamento, a taxa de ocupação entre os trabalhadores sem nenhum ano de estudo é de 59,85%, bem abaixo dos 90,73% alcançados por quem frequentou a sala de aula por 18 anos ou mais.

No topo do ranking dos anos de estudo e melhores salários, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, Antônio Álvares da Silva, 67 anos, que também é professor titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da UFMG, lembra que enfrentou uma disputa com outros 1.500 candidatos a 16 vagas de juiz quando entrou para a magistratura. «Quanto mais completa a sua formação educacional, mais chances a pessoa tem», enfatiza o desembargador, que tem salário bruto de R\$ 23 mil. «As melhores carreiras estão no Judiciário», opina Silva. Autor de mais de 40 livros e no auge da carreira, continua estudando diariamente. «Um conhecimento é degrau para outro. E você vai subindo a escada, infinitamente», afirma.

O coordenador do estudo da FGV, pesquisador Marcelo Neri, explica que embora os prêmios de educação continuem em patamares elevados, já que uma pessoa que completou todo o ciclo de educação - 18 anos - recebe, em média, R\$ 4.454,69, eles vêm caindo nos últimos anos. Isso, de acordo com Neri, pode ser explicado, em parte, pela maior oferta de pessoas com qualificação. «De um lado, as pessoas estão indo mais para escola, e isso gera mais oferta de pessoal qualificado. De outro, as empresas estão demandando mais essa mão-de-obra. Nos anos 60, essa disputa foi vencida pela demanda, o que implicou um fortíssimo aumento da desigualdade. Já nos últimos sete anos, a oferta de educação tem vencido a demanda e está gerando uma forte redução da desigualdade no mercado de trabalho», avalia.

O coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego de Belo Horizonte e Região Metropolitana, Mário Rodarte, doutorando em demografia e mestre em economia, explica que, em meados da década de 90, mais da metade dos ocupados tinha o Ensino Fundamental incompleto. «Hoje, a maioria tem pelo menos o Ensino Médio completo. Houve uma mudança brutal nos níveis de escolarização», aponta Rodarte.

Na avaliação do coordenador da PED, no entanto, o movimento de aumento da escolarização da força de trabalho se dá em velocidade superior ao de surgimento de vagas para trabalhadores qualificados. «Precisamos de políticas públicas que gerem postos de trabalho à altura da força de trabalho qualificada», avalia.

Segundo Rodarte, mesmo em cenários econômicos adversos, que levam a desvios de função, o investimento na escolarização mostra seus benefícios. «Apesar de obter um rendimento inferior ao que ele poderia receber em uma ocupação compatível com o seu nível de escolaridade, o trabalhador com mais anos de estudo tem, em geral, um rendimento superior ao do colega que desenvolve a mesma atividade, mas tem nível de instrução mais baixo», aponta.

O pesquisador destaca que um nível de educação mais alto encobre um adicional de qualidade de mão-de-obra. «Há uma relação estreita entre quem procura uma qualificação profissional, como um curso de pós-graduação, por exemplo, e investimentos no aprendizado de línguas e outros cursos», aponta.

O trabalhador mais qualificado, no entanto, principalmente nos cenários de crise, demora mais tempo procurando emprego do que o menos escolarizado. «É o maior efeito colateral da qualificação. Quando você se qualifica para um segmento, fica cativo dele. Se ele entra em crise, é mais difícil se locomover para outro setor. Já o menos qualificado tem mais facilidade de adaptação», explica, destacado que a dificuldade deve ser combatida com mais qualificação, ou uma requalificação profissional, se for o caso. (Com agências).